

**POLÍTICA EDUCACIONAL E O ESPAÇO ESCOLAR:
AÇÕES DO PODER PÚBLICO, PLANEJAMENTO E DESAFIOS PARA A
GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS**

Maria Silvia Cristofoli*
Universidade Federal da Fronteira Sul – Brasil
mscristofoli@uffs.edu.br

RESUMO: Com a expansão do acesso à educação o espaço escolar ganhou relevância e foi objeto de algumas políticas. Na última década, o espaço escolar voltou a receber a atenção do poder público quando passou-se a investir em projetos de escolas padrão, destinando grandes volumes de recursos públicos para construção de creches e pré-escolas nos municípios brasileiros. Políticas recentes colocam em destaque a situação da rede física e o desafio de qualificar esses espaços para as novas demandas escolares. Sobre o tema realizou-se entre 2012 e 2013 um projeto de iniciação científica. A partir do estudo e levantamento documental realizado, são apresentados resultados, reflexões e considerações para novos estudos apontando alguns desafios para o planejamento e a gestão da educação básica.

Palavras-chave: política educacional – espaço escolar- planejamento da educação básica

INTRODUÇÃO

Ao concluir um projeto de Iniciação Acadêmica em 2011 foi dado o primeiro passo em âmbito institucional para trazer o tema do espaço escolar à discussão acadêmica. Em 2012 realizamos um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) sob o título “Política educacional e o espaço escolar: ações do poder público na educação brasileira” com o objetivo de investigar, no campo das políticas públicas brasileiras, o espaço

* Professora de Política Educacional e Legislação do Ensino da UFFS - Campus Erechim

escolar, sua constituição histórica e legislação pertinente destacando o período da segunda metade do século XX e as décadas atuais.

Temos defendido a necessidade de discutir o tema sob diferentes perspectivas e, particularmente, pelo recorte das políticas educacionais por ser esta uma área ainda pouco trabalhada quando se trata de espaços, prédios ou edifícios escolares.

Retomando um pouco da história estudos como os de Bencostta (2005), Dórea (2003), Rodrigues (2003) e Frago e Escolano (2001) destacam diferentes períodos em que os edifícios escolares tiveram traços característicos, quer seja pela arquitetura típica de cada época, quer seja pela adoção de propostas pedagógicas específicas. Muitos desses aspectos foram tanto arquitetônicos quanto políticos para, de uma forma ou outra, representar concepções de educação e dar visibilidade a algum governante (SASTRE, 2010).

Dentre as preocupações com o espaço escolar (infraestrutura, prédios) cumpre resgatar algumas ideias de Anísio Teixeira para quem, sem instalações adequadas, o trabalho educativo ficaria inviabilizado. Foi esse educador baiano um dos primeiros a dar especial atenção em suas administrações públicas ao planejamento das edificações escolares e a defender a garantia de recursos financeiros para essa finalidade. Uma situação paradigmática na história da educação e dos espaços escolares.

Sobre a política de edificações escolares na Bahia no período 1947-1951 Anísio Teixeira propôs uma organização especial para as escolas nomeadas como Centros de Educação Popular. Dos dez centros planejados apenas um foi construído e permanece em funcionamento até o presente. Trata-se do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, mais conhecida como “escola-parque”¹. Essa mesma ideia de construções escolares Anísio propôs para a construção de escolas de Brasília.

Quando acusado de que esses centros eram obras caras, foi este o argumento de Anísio em defesa desse tipo de construção escolar:

“É custoso e caro porque são custosos e caros os objetivos a que visa. Não se pode fazer educação barata - como não se pode fazer uma guerra barata. Se é a nossa defesa que estamos construindo, o seu preço nunca será demasiado caro, pois não há preço para a sobrevivência” (TEIXEIRA, 1994, p.175)

Ao final dos anos 1940 as construções monumentais, de exaltação ao poder do estado (CORREIA, 2005), e de uma escola para poucos deram lugar à expansão da

¹ Anísio Teixeira e as construções escolares veja-se a tese de Dórea (2003)

escola pública e à simplificação das construções. Durante os anos de regime militar houve expansão da rede física de escolas em todas as regiões num estilo de construção simples e de massificação da educação aliada à escassez de recursos financeiros². Muitas dessas construções, particularmente as do 2º grau (hoje ensino médio) estavam voltadas para a formação profissional.

Esse movimento de expansão dos anos 1970 diminuiu nas décadas seguintes em que a ação do Estado, em relação a espaços escolares, mudou o foco e priorizou os Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC). Poucos, mas com proposta diferenciada que deu especial atenção ao espaço físico.

Nas últimas décadas, com novas políticas para educação básica e ênfase nos critérios de qualidade, o espaço escolar voltou a receber atenção do poder público, particularmente a Educação Infantil, etapa da escolarização ainda atendida de forma deficitária e cuja história de vinculação à educação é relativamente recente (CORRÊA, 2007). Com isso, o Estado brasileiro passou a investir em projetos de escolas padrão para atendimento dessa etapa da escolarização destinando volumes substanciais de recursos públicos para construção de creches e pré-escolas em municípios brasileiros de todas as regiões através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007 como parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Nesse mesmo tempo, voltou à agenda do MEC a ampliação da jornada escolar de crianças e jovens e foi retomado o projeto da Educação Integral na educação pública brasileira pelo Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083 de 27 de janeiro 2010. Com isto reabre-se a necessidade de (re)pensar os espaços escolares públicos. Como argumenta Maurício (2009), mais tempo escolar traz como consequência a necessidade de mais espaço e tempo e espaços implicam aumento nos custos e necessidade de mais investimentos financeiros.

A seguir explicitamos como a pesquisa sobre políticas para espaço escolar foi realizada, seus resultados e algumas considerações, preocupações decorrentes do tema e alguns desafios para o planejamento da educação pública brasileira.

² Sobre financiamento do período veja-se Pinto e Adrião (2006)

DO DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS DA PESQUISA

Para situar e fundamentar o tema do projeto e poder desenvolver o trabalho de levantamento de dados partimos da afirmação de Azevedo (2004) para quem uma política pública é a materialidade da intervenção do Estado. Com isso, toda política constitui-se numa ação intencional, com objetivos a serem alcançados (SOUZA, 2006) e a materialidade entendida como os programas, ações e documentos sobre espaços, edifícios e prédios escolares. Entretanto, entendemos que não se trata de construções arquitetônicas apenas, pois escola é prédio, mas também envolve questões de ordem social e cultural. (RODRIGUES, 2003)

Incluímos como ação do Estado o ordenamento constitucional, legal e normativo como uma primeira e fundamental etapa do estudo das políticas públicas que se aplicaram também ao planejamento, compreensão da organização e gestão da educação brasileira. Ainda sobre aspectos metodológicos buscamos materiais produzidos pelo poder público onde este tema estivesse presente, dando visibilidade às diferentes políticas públicas sobre espaço escolar e ações que contemplaram o espaço, edifícios/prédios escolares a partir da segunda metade do século XX. Para isso, optamos por documentos de acesso público disponibilizados em portais do Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Domínio Público. Materiais e documentos selecionados como mais relevantes de cada período foram listados em pagina de internet³ mantendo link para acesso direto a cada documento.

Como ações do poder público referente a espaços e prédios escolares nas últimas décadas cabe destacar a preocupação em conhecer as condições dos estabelecimentos já existentes, a adequação dos espaços e o surgimento de novos padrões arquitetônicos considerando as novas necessidades educacionais para a educação básica brasileira e compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Banco Mundial, como o projeto Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola), por exemplo, e também a produção de Padrões Mínimos para funcionamento das escolas. Com a criação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública

³ Alguns dos materiais podem ser acessados através do endereço <https://sites.google.com/site/politicasdeeducacao>

de Educação Infantil (Proinfância) o MEC passou a difundir padrões de construção para atendimento da Educação Infantil e vinculou o programa ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

Para Celina Souza (2006) as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades e aconselha a que, ao citarmos política pública, sejam consideradas as inter-relações entre Estado, a política, a economia e a sociedade. Azevedo (2004) e Souza (2006) coincidem em reconhecer políticas públicas como campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no curso dessas ações. Também, como aponta Vieira (2007,p.56), as políticas educacionais nessa perspectiva de governo em ação “expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico”.

Das diferentes políticas públicas voltadas ao espaço escolar, a partir do estudo de Viñao (2005), aponta-se a necessidade de observar a existência, localização e a disposição física dos espaços destinados a uma dada finalidade, pois refletem tanto sua importância como a concepção do seu papel na instituição.

Ainda, quanto à distribuição e usos dos espaços escolares, Viñao (2005) aponta que a inexistência de um determinado espaço indicaria a não necessidade do mesmo ou, então, a pouca importância destinada. Este aspecto pode ser estudado comparando o conteúdo dos Parâmetros Mínimos e relaciona-los com as políticas dos anos 1990.

As políticas voltadas para o espaço escolar: segunda metade do século XX e início do século XXI

No caso brasileiro, foi a partir da década de 1950 que, pela redemocratização e o incentivo à participação popular (VIEIRA; FARIAS 2007), aconteceu a expansão da escola pública. O golpe de 64 impôs uma nova estruturação do Estado e o Brasil, , através da *United State Agency for International Development* (USAID), levou à implantação das escolas Polivalentes no país através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio.

Desde a legislação cabe salientar que a Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71 ampliou a escolaridade obrigatória para oito anos e a reforma do ensino de 1º e 2º graus

trouxe para a escola a proposta de profissionalização no 2º grau e, portanto, a necessidade de adequar os espaços para tal fim e o aumento de número de escolas.

Porem, devemos considerar que nem sempre a construção de escolas foi garantia de qualidade e de espaços adequados. Muitas vezes não foram levadas em consideração condições como relevo e características climáticas. Às críticas sofridas pelos projetos padronizados devemos incluir, em contraposição, o argumento apresentado em sua defesa de que a padronização de elementos da construção pode reduzir custos na manutenção dos edifícios. Portanto, pensando nas escolas públicas, a potencialização do uso de recursos públicos. Mas, além dos aspectos meramente quantitativos, qualidade é fundamental. Sales e Passos (2008) lembram que os prédios escolares também são elemento importante no quesito qualidade da educação.

A lenta retomada da democracia a partir da década de 1980 até 1995 com o país mergulhado numa grande crise econômica e conturbado panorama político – tempos de transição, como os define Vieira (2008) –, não produziu mudanças significativas no campo educacional. Dentre as ações do período relacionadas ao espaço escolar podemos citar no governo presidente Collor a construção dos CIAC, como política educacional de tempo integral “supostamente mais adequada e condizente com a realidade brasileira” (RODRIGUES, 2003, p.18).

Embora nosso projeto objetivasse conhecer políticas macro, não desconsideramos algumas políticas estaduais importantes. No Rio Grande do Sul, o estudo de Sastre (2010) destaca que a padronização dos edifícios escolares, como método para sanar a problemática educacional, resultou num acréscimo significativo do número de vagas em escolas das redes públicas. Uma dessas políticas estaduais de expansão do número de escolas públicas se deu no governo de Leonel Brizola (1959-1963) Sob o lema de nenhuma criança sem escola essas construções ficaram conhecidas popularmente como “Brizoletas”.

Outra política estadual significativa que trazemos como exemplo são os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), no Rio de Janeiro. A proposta que teve como arquiteto Oscar Niemeyer, foi uma política do governo de Leonel Brizola.

Os CIEP, localizados em lugares com grande densidade populacional e pobreza, propunham uma escola em tempo integral, com capacidade para mil alunos, um projeto padronizado e construção racionalizada através de elementos pré-moldados, o que

proporcionava uma construção rápida e economia se comparando aos métodos tradicionais. Essa proposta serviu de referência para a implantação dos CIAC.

Voltando às ações do governo brasileiro, nos anos 1990 algumas ações destinaram-se a conhecer as condições dos estabelecimentos escolares já existentes, à adequação dos espaços e à criação de novos padrões arquitetônicos. Essas ações aconteceram em decorrência de compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Banco Mundial, como o projeto Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola). Como destacam Oliveira, Fonseca e Toschi (2005), este programa do MEC, desenvolvido em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação, priorizou as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nas políticas atuais constata-se uma mudança de prioridades. A partir de 2007 as ações do MEC deram atenção prioritária à melhoria da oferta e expansão da Educação Infantil. Através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), o FNDE/MEC passou a difundir padrões de construção para atendimento e disponibilizar projetos padronizados para essas escolas e elaborou os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, parte integrante do documento Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil. Além da criação desse programa cumpre retomar a legislação educacional vigente quando no Art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases, que trata da manutenção e desenvolvimento do ensino, inclui a construção e a conservação das instalações escolares nos orçamentos de educação.

Também no ano de 2007 foi criado o Programa Mais Educação mediante a Portaria Interministerial n.17/2007 para aumentar a oferta de atividades educativas nas escolas fora dela em que a cidade passa a contribuir com espaços (MOLL, 2012). Dos materiais instrucionais do Programa, o número doze da Serie Cadernos Pedagógicos, trata dos territórios educativos para a educação integral. Entretanto, para alguns estudiosos⁴ a escola ainda é um lugar privilegiado para o desenvolvimento dessas atividades.

Como já mencionamos, durante muito tempo as políticas deixaram de priorizar o espaço escolar ou, então, estabeleceram padrões mínimos para o funcionamento de escolas. Com isto, na atualidade, os espaços escolares adequados às novas necessidades

⁴ A equipe do Núcleo de Estudos Escola Pública de Horário Integral (NEEPHI) da UNIRIO, do qual as professoras Lígia Coelho e Ana Maria Cavaliere fazem parte, tem vasta produção sobre o tema.

educacionais, ou a ausência destes, tornaram-se um novo desafio para as políticas educacionais.

A necessidade de (re)discutir os espaços escolares teve mais uma iniciativa por parte do Ministério da Educação na gestão do então ministro Fernando Haddad. Pela Portaria Normativa n. 20, de 6 de outubro de 2011 foi instituído no âmbito do MEC um Grupo de Trabalho para definir as orientações e diretrizes para construção, reforma, ampliação e adaptação das escolas de tempo integral.

Junto com as ações realizadas pelos diferentes governos cabe mencionar a existência de setores e órgãos vinculados ao MEC que assumiram ou foram responsáveis diretos pela produção de diversos documentos. Assim, mantendo o recorte temporal do projeto e a cronologia dos documentos, nesta parte do texto dedicamos nossa atenção aos materiais produzidos pelo MEC e por esses órgãos.

Atuação e produção de materiais pelos órgãos e setores do Ministério da Educação.

Analisando a década de 1970 constatamos que o órgão responsável pela produção dos materiais foi o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE). Este órgão foi criado pelo Decreto n.72.532 de 26 de julho de 1973 do presidente Emílio Garrastazu Médici. Tinha como finalidades, previstas no Art.1º, o planejamento de instalações físicas e de equipamentos para o 1º e 2º graus, a padronização das especificações e o intercâmbio internacional. Suas atividades estavam voltadas para a prestação de assistência técnica a organismos federais, estaduais e municipais.

Os materiais levantados tratam desde o mobiliário escolar até recomendações e projetos para construção de escolas em diversos níveis. O período de publicações coletadas corresponde a 1974–1979 perfazendo um total de seis documentos sendo o conteúdo sobre mobiliário (01), projeto arquitetônico (04) e aspectos pedagógicos (01).

Nos anos 1980 identificamos uma lacuna na publicização de materiais produzidos pelos órgãos do MEC sobre espaço escolar. Contudo, encontramos nos diários oficiais menções diversas ao Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE). Tratava-se de um órgão de caráter autônomo da administração direta do MEC reconhecido pelo Decreto n. 87.062 de 29 de março de 1982, assinado

pelo presidente João Figueiredo. As publicações organizadas pelo CEDATE estavam voltadas, principalmente, à otimização do espaço existente e dos recursos.

No período compreendido entre 1982 e 1989 identificamos quatro documentos cujo conteúdo refere-se a mobiliário (01), dados sobre projetos de arquitetura escolar (01) e projetos (02). Neste período foram poucas as ações do poder público em termos de educação, de modo geral, e baixa, não disponível ou inexistente a produção sobre o tema, em particular. Em 1989 o CEDATE foi extinto pelo presidente Sarney.

Na década de 1990 as publicações voltaram-se para a informatização dos ambientes elaborados diretamente pelo ProInfo. Também, nesse período foram produzidos materiais vinculados ao Fundescola. O espaço de tempo dos documentos coletados vai de 1991 a 1999. Das quatro publicações o conteúdo trata de levantamento de dados (01), projeto, mobiliário e orientações técnicas (01) e mobiliário apenas (01). Na maioria desses materiais a ênfase é no ensino fundamental. De acordo com a legislação educacional vigente na época esta era única etapa obrigatória do ensino e, portanto, pela qual o poder público tinha maiores responsabilidades (VIEIRA; FARIAS, 2007).

A partir dos anos 2000, com as mudanças no governo federal, alteraram-se os interesses e preocupações no campo da política educacional. Entretanto, programas como o ProInfo foram mantidos e sofreram adequações para atender as novas necessidades tecnológicas e educacionais abrangendo também as escolas da área rural. Mais recentemente, a preocupação com a qualificação e expansão das redes públicas para atender a educação infantil levou o governo federal, através do FNDE, a criar programas específicos para melhoria e expansão das instituições públicas de educação infantil, como o Proinfância vinculando-os ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil foram elaborados pela Secretaria de Educação Básica do MEC em parceria com educadores, arquitetos e engenheiros envolvidos em planejar, refletir e construir/reformar os espaços destinados à educação das crianças de 0 a 6 anos. Isto é, seu mérito é incluir na discussão e elaboração dos materiais de orientação não apenas técnicos como observou-se nas publicações anteriores.

Seu conteúdo destaca que os ambientes escolares devem prezar pela qualidade, levando em consideração as diferenças climáticas e geográficas, a densidade

demográfica, o contexto cultural, além do recurso sócio econômico, rompendo com a tendência presente até então de espaços essenciais, mínimos.

No período que corresponde a 2000–2012 foram encontrados vinte e três documentos cujo conteúdo trata sobre levantamento de dados (01), orientações/recomendações (05) e projetos urbanos e rurais (17). Em 2013 tivemos acesso a materiais do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). O Eixo IV: Infraestrutura Física e Tecnológica inclui projetos arquitetônicos modulares para escolas da área rural⁵.

Como síntese deste tópico destacamos que, se até os anos 1980 existiram órgãos vinculados ao MEC responsáveis pelos espaços e construções escolares como CEBRACE e CEDATE, nas últimas décadas não foram criados órgãos responsáveis pelo espaço escolar. Entretanto, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE ampliou suas funções tanto na assistência técnica quanto financeira dando suporte para construções e reformas escolares através de diretorias específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este trabalho esperamos ter conseguido dar visibilidade às ações do poder público dedicadas ao espaço escolar. Também, não podemos nos furtar de chamar a atenção a que em todas essas ações houve e há muitos sujeitos envolvidos, usuários diretos ou planejadores do espaço escolar. Frago (2001, p.75) reconhece o papel do arquiteto como educador, assim como do educador como arquiteto ao alterar ou não a configuração dos espaços de ensino: "O espaço não é neutro. Sempre educa".

Pelo material ao qual tivemos acesso e pelo cruzamento com estudos sobre a política educacional do período chamado por Vieira (2008) de “tempos de transição” as poucas políticas sobre espaço escolar não trouxeram grandes inovações, mas investiram na potencialização do uso de recursos públicos e adequação de espaços já existentes.

Nas últimas décadas observamos uma inflexão nas políticas educacionais que tratam do espaço escolar. Podemos destacar que as tecnologias de informação e seu uso

⁵ De acordo com informações no portal do MEC o objetivo do Pronacampo é a construção de escolas com projetos arquitetônicos específicos e padronizados. A organização é em módulos: pedagógico (2, 4 e 6 salas de aula), administrativo, de serviço e para atividades de agroecologia. O projeto prevê ainda a construção de quadra esportiva coberta, alojamentos de professores e estudantes e de educação infantil.

nas escolas, tanto urbanas quanto rurais, é um dos mais significativos. Também, ao investir em ações para a melhoria e expansão da rede de escolas públicas voltadas ao público infantil evidencia-se o papel indutor do MEC na melhoria da rede física para Educação infantil cujo atendimento prioritário cabe aos municípios⁶.

Ainda, como já afirmamos e defendemos, estudar o espaço escolar, políticas e modelos construtivos são aspectos importantes para contribuir com a formação de arquitetos. Considerando as atuais políticas do Proinfância, por exemplo, esses profissionais têm papel importante no acompanhamento de obras, planejamento de ações e na compreensão da escola enquanto espaço social privilegiado. Também, tomando por referência outros trabalhos sobre a temática constatamos que espaço escolar é uma temática que merece ser retomada nos cursos de formação de professores. As práticas pedagógicas ganharam centralidade e pouco se discute este aspecto que importa tanto pela sua dimensão pedagógica, quanto da gestão escolar e de sistema e dos recursos financeiros.

Salientamos a dificuldade de acesso a fontes documentais. Principalmente os materiais elaborados no período 1980-1990. Dificuldades enfrentadas em relação a escassez de materiais ou de ser este um assunto quase relegado pelos governos. Mas, sabemos que em termos de política educacional pouco se fez nesses anos. Contudo, consideramos que eventualmente muitos materiais podem existir apenas em acervos físicos e não virtuais. Em termos de avanços tecnológicos e de acesso à informação, disponibilizar a maior quantidade possível de dados sobre as políticas e ações educacionais desse período contribuirá significativamente com as pesquisas acadêmicas futuras.

Esta foi uma etapa importante e necessária para o desenvolvimento de pesquisas futuras de caráter mais analítico no sentido de superar estudos fragmentados e concepções ingênuas da avaliação de políticas (ARRETCHE, 2001) e daremos continuidade ao trabalho sobre esta temática no novo projeto de pesquisa em que nos debruçaremos nas políticas implementadas a partir deste milênio.

⁶ Conforme a legislação educacional vigente o inciso 2 do Art.8 da LDB trata do papel da União de prestar assistência técnica e financeira e exercer sua função redistributiva e supletiva. O inciso 3 do mesmo artigo faz menção ao regime de colaboração entre os entes. Lembrando que a partir da Constituição Federal de 1988 o Brasil optou por um federalismo de cooperação estabelecendo laços de colaboração na distribuição das competências, através de atividades planejadas e articuladas entre si e objetivando fins comuns (CURY,2010)

Para finalizar destacamos três aspectos importantes sobre o tema trabalhado na pesquisa e exposto neste texto. O primeiro deles de considerar que as construções escolares são fruto de um momento histórico, político e pedagógico mediado pela existência e disponibilidade dos recursos financeiros. Isto nos leva ao segundo aspecto, o da gestão e ao terceiro, do financiamento. Ambos intrinsecamente vinculados ao planejamento. E, sem este último, incorre-se em problemas como excesso de propostas, proposições muito ousadas e de exequibilidade complexa, que ficarão inviabilizadas se não houver previsão orçamentária para tal.

As intencionalidades dos governos se materializam na gestão (VIEIRA, 2007). Esta mesma autora nos lembra das três dimensões da gestão pública: o valor público ou intencionalidade, as condições de implementação e as condições políticas. a todas elas acrescenta-se transversalmente a dimensão financeira.

Anísio Teixeira, na primeira metade do século XX disse que educação não é algo que se faça com pouco dinheiro, pois seus fins são grandes. Vieira (2007) reafirma que boa educação requer investimentos altos. Isto nos remete ao proposto na Meta 20 para o novo Plano Nacional de Educação, da ampliação do investimento público. Considerando também a Meta 5 que trata da oferta de tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Dada a importância que o espaço escolar tem para nós enquanto pesquisadores e pelos desafios postos encerramos este texto com uma última referência ao educador Anísio Teixeira. Este, no seu primeiro relatório de trabalho ao assumir a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (então a cidade do Rio de Janeiro), apresentou um panorama pouco animador da rede pública destacando que “o mal do brasileiro era a falta de escola, mas era também a própria escola existente” (DÓREA, 2003, p.56) negligenciada pelo poder público.

A escola pública era para Teixeira (1935 apud DÓREA, 2003, p.60) uma “máquina que prepara democracias” e essa escola precisa de espaços adequados que qualifiquem a educação e o processo educativo. São esses os desafios que as políticas de planejamento e financiamento da educação básica precisarão dar conta.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (orgs.). **Tendências e perspectivas para avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

AZEVEDO, Janete Lins de. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BENCOSTTA, Marcus. Levy Alvino.(org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, **Decreto n.87.062 de 29 de março de 1982**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação.

_____. **Decreto n.72.532 de 26 de julho de 1973**. Cria o Centro de Construções e Equipamentos Escolares – CEBRACE.

_____. **Lei n.5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

_____. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n.20, de 6 de outubro de 2011.**, Institui Grupo de Trabalho para definição de orientações e diretrizes para a construção, reforma, ampliação e adaptações de escolas de tempo integral.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Caderno territórios educativos para educação integral**. Brasília: SEB, 200-

CORRÊA, Bianca Cristina. A educação infantil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2 ed. São Paulo:Xamã,2007

CORREIA, Ana Paula Pupo. Arquitetura escolar: a cidade e a escola rumo ao “progresso” – Colégio Estadual do Paraná (1943-1953). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**, São Paulo: Cortez, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de, SANTANA, Wagner (orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e a arquitetura escolar**: planejando escolas, construindo sonhos. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad.: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad.: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa. **Educação integral em tempo integral**: estudos e experiências em processo. Petrópolis: DPetAlii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza Seabra. O programa Fundescola: concepções, objetivos, componentes e abrangência – a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26, n.90, p.127-147, jan/abr. 2005. Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a06v290.pdf

PINTO, José Marcelino de Rezende; ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **Eccos**, São Paulo, v.8, n.1, , p. 23-46, 2006

PROJETO de lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020): projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL N° 8.035/2010 / Organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

RODRIGUES, Sul Brasil Pinto. **Espaço escolar e cidadania excluída**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SALES, Luís Carlos; PASSOS, Guiomar de Oliveira. As aparências não enganam: as representações sociais de qualidade suscitadas pelos prédios escolares. **RBE**, v.13, n.38, maio/ago. 2008 p. 293-411

SASTRE, João Róger de Souza. **O edifício escolar nas políticas públicas de educação**: Rio Grande do Sul 1999-2006. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, **Sociologias**, Porto Alegre, a.8, n.16, p.20-45, julho/dezembro 2006.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel. M. S. de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição: 1985-1995**. Brasília: Liber Livro, 2008.

_____. Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**: Porto Alegre, v.23, n1, jan./abr.2007.

VIÑAO, Antonio. Espaços Usos e Funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada, In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**, São Paulo: Cortez, 2005.

Sítios referentes às ações de assistência do Ministério da Educação e projetos arquitetônicos:

www.fnde.gov.br

www.portal.mec.gov.br